

A âncora fiscal do governo Lula/Alckmin é de proteção ao capital financeiro e de ataque aos serviços sociais públicos

Depois de muitas negociações entre governo, banqueiros, parlamento, etc., o Ministro Haddad anunciou a âncora fiscal, que deve substituir o Teto de Gastos. Este foi instituído durante o governo Temer, em 2017, e estabelecia que os gastos do governo somente poderiam subir no índice da inflação oficial. Na prática, estabeleceu-se um congelamento dos gastos, de forma a proteger e assegurar que o governo federal pudesse manter o sustento do parasitismo sobre a dívida pública, que consome 46,3% do orçamento federal no Brasil. Agora, Haddad aparece com um conjunto de medidas que vai assegurar ainda mais o parasitismo financeiro, sob um discurso demagógico de que vai preservar os recursos para a Saúde e Educação, além de investimentos públicos. Vejamos as medidas e suas consequências práticas:

- 1) Os gastos do governo só poderão subir 70% do índice de crescimento da arrecadação, e terão de ficar entre 0,6% e 2,5%. Para se ter uma ideia, se a arrecadação subir 5%, os 70% reduzirão a capacidade de gastos para 3,5%. Mas o limite de 2,5% é que vai valer. Então, note-se, se tivermos uma inflação de 5%, como que se tem hoje, os gastos vão subir bem menos. Ou seja, o arcabouço fiscal limita ainda mais os gastos que o Teto de Gastos. Pior, se o governo não alcançar a meta, o índice de aumento de gastos para o ano seguinte será reduzido em 50%.
- 2) O governo poderá gastar parte dessa diferença entre os 2,5% e os 70% do crescimento da arrecadação em investimentos públicos.
- 3) Há um objetivo de reduzir o buraco nas contas públicas,

sob uma margem de erro. Em 2023, a meta seria de -0,5% do PIB, portanto com déficit, com margem de 0,25% para mais ou para menos. Em 2024, as contas seriam zeradas, com a mesma margem de tolerância. Em 2025, haveria um superávit de 0,5%, e em 2026, um superávit de 1% do PIB, sob as mesmas margens de tolerância. Para que serve esse objetivo de alcançar um superávit? Para garantir o sustento futuro do parasitismo financeiro.

- 4) Os gastos com o pagamento da dívida devem ser preservados em qualquer situação, de crescimento ou queda na economia. Assim como os recursos para os parlamentares gastarem em seu “orçamento secreto”.

O que se pode concluir disso tudo? Somente que a Saúde, Educação e demais serviços públicos serão tão ou mais penalizados pelo governo Lula/Alckmin como o foram nos governos anteriores. Não à toa, a bolsa de valores respondeu com uma alta de ganhos no dia do anúncio de Haddad. Os investidores parasitas certamente sabem fazer contas e entenderam o recado do governo: tudo para o capital financeiro, migalhas que sobram (se sobram) para os serviços sociais públicos. Aí está o chamado “governo em disputa” que defendem vários partidos e correntes de esquerda.

Somente a real independência de classe, a oposição revolucionária a todos os governos burgueses, o erguimento da luta de classes a partir das reivindicações mais sentidas pelas massas, pode defender a vida, o trabalho e os direitos dos explorados.

UM MÊS DEPOIS DA CALAMIDADE NO LITORAL DE S. PAULO, O MARANHÃO SOFRE COM AS ENCHENTES

O capitalismo em decomposição só oferece a barbárie social às massas.

Os capitalistas e seus governos são os responsáveis pela destruição das vidas das famílias da população empobrecida

Os deslizamentos e enchentes causados pelas fortes chuvas deixaram seis mortos e 33 municípios em estado de emergência no Maranhão. Um mês depois da calamidade no litoral norte de S. Paulo, novamente os mais pobres são mortos, feridos e tirados de suas casas, sem saber para onde irão. Quase 15 mil famílias foram afetadas pelas consequências das chuvas e falta de estrutura e planejamento (aviso), que são consequências das administrações públicas e da miséria, que leva famílias a morarem em locais de risco. Somente os mais pobres são de fato os mais afetados. Os grandes proprietários sempre estão livres das calamidades, qualquer que seja o governo.

As chuvas chegaram a cavar dezenas de voçorocas, crateras no solo com até 600 metros de comprimento e profundidade de até 70 metros de altura. Casas ficaram à beira dos

precipícios, sem ajuda das prefeituras ou dos governos estadual e federal.

A liberação de verbas extraordinárias pelo governo federal, para ajuda às famílias afetadas, passa pelo crivo dos governantes estaduais e municipais. Assim, passa-se o mesmo que com as verbas ordinárias. A população empobrecida continua seu calvário, sob as botas dos capitalistas e seus governos.

Trata-se de exigir que todos os recursos canalizados ao estado e município sejam e controle dos moradores, por meio de seus organismos próprios, criados em assembleias populares. Exigir o pagamento do salário mínimo vital para que os assalariados tenham condições mínimas de existência. Emprego a todos. Isso somente se conseguirá por meio da luta de classes, e não por meio das instituições e métodos da própria burguesia (parlamento, judiciário, etc.)

Israel / Netanyahu, entre a bota do imperialismo e as pressões de sua própria burguesia, enfrenta as massas mobilizadas

Sob pressão de massivas mobilizações, o primeiro-ministro Binyamin Netanyahu teve de recuar e suspender a votação da Reforma Judicial no Knesset (Parlamento), que outorga poderes ao governo para a nomeação de juizes e anular decisões da Suprema Corte. Netanyahu teve ainda de afrontar atritos dentro do próprio governo. O Ministro de defesa, Yoav Gallant, criticou-o, por se negar a debater com a oposição as alterações à Reforma. Netanyahu o demitiu. Acreditava que assim encerraria a crise no seio do governo. Mas, a crise política não deixou de se ampliar.

O Histadrut, o maior sindicato do país, convocou uma greve geral de 24 horas, exigindo do governo revogar a Reforma. Isto se passava enquanto vinha a público a divisão entre contrários e favoráveis à Reforma, nas Forças de Defesa de Israel (FDI). O imperialismo pressionava, junto à oposição, para que Netanyahu chegasse a um acordo com a população e a oposição sobre a Reforma. Noventa parlamentares democratas dos EUA se uniram a setores econômicos judeus influentes do país, exigindo negociar mudanças nas reformas, caso contrário, se estaria “destruindo a sociedade israelense”.

A queda nos apoios políticos internos e externos, assim como as rachaduras abertas no interior da coalizão de governo, alertaram o governo sobre os perigos de continuar a defender sua aprovação imediata, sem qualquer negociação. Os choques violentos entre manifestantes a favor e contra indicaram o quanto a população israelense acha-se dividida. E o temor da burguesia é de que a cisão se amplie e aprofunde desagregando

as bases sociais que sustentam o Estado de Israel. .

Uma crise de contornos ainda não previstos em seu desenvolvimento pode não apenas enfraquecer a unidade da ação do Estado sionista e diminuir o apoio conjuntural dos EUA, como bloquear as movimentações do imperialismo de contar com a “estabilidade” de Israel para enfrentar seus “inimigos estratégicos” – Rússia e China.

A permanência da crise capitalista e as tendências de luta das massas israelenses abrem uma via para as massas exploradas palestinas e judias darem saltos na sua elevação política ao programa revolucionário por meio de sua experiência prática. Mas, nota-se a ausência de um programa e uma política de um partido forjado no programa e métodos da revolução proletária, de forma a impulsionar as tendências de luta das massas judias, e servir de ligação à sua união com os explorados palestinos e árabes. Sua unidade para a derrubada da reforma judicial interessa não apenas às massas judias, quanto aos palestinos que sofrerão ainda mais de suas consequências. O combate lado a lado e a defesa de um programa comum permitiria começar a romper o divisionismo religioso e nacionalista imposto pela burguesias (imperialista, sionista e árabe, cada uma a seu modo), e ajudaria a constituir a unidade de classe na base de um programa e objetivos comuns.

**DERROTAR A REFORMA JUDICIÁRIA AUTORITÁRIA!
UNIR JUDEUS OPRIMIDOS E PALESTINOS PARA
POR ABAIXO O GOVERNO REACIONÁRIO!**

França / Derrubar a reforma e derrotar a burguesia com o programa e os métodos da luta de classes

A luta do operariado, assalariados e a juventude francesa contra a reforma da aposentadoria é um marco para uma virada na luta de classes. A decisão ditatorial de sua aprovação por Macron por cima do Parlamento começou ser reavaliada pela própria burguesia que o apoiou nessa decisão para futuras reformas. O presidente do sindicato empresário Medef disse que “as próximas reformas deverão se apoiar em um método diferente”, e serem “negociadas previamente com as organizações sociais”.

Essa manobra retórica achou imediatamente eco nas direções sindicais, que estão procurando uma via para limitar e conter as tendências grevistas, que não param de crescer e se espalhar nacionalmente. A intersindical, que coordena nacionalmente os protestos e é dirigida pela burocracia, já se demonstrou disposta a arrefecer os protestos e abafar as greves, se se abre uma via à “negociação”. Desesperadamente, visam a cumprir seu papel de negociar no campo dos ajustes impostos burguesia, para apresentar esses acordos às bases revoltadas, com tal o qual modificação pontual, como uma “vitória”.

A intransigência da burguesia em aplicar as contrarreformas objetiva preservar seus lucros nas condições de desagregação econômica mundial. Por essa via, as massas exploradas devem pagar com suas condições trabalhistas, previdenciárias, salariais e empregos pela decomposição capitalista. A mudança nas táticas (imposição ditatorial ou negociação) não muda esse objetivo, apenas procura impedir que a revolta operária e popular se radicalize, ganhe força, e acabe obrigando a burguesia a revogar a reforma, e ter de outorgar mais concessões para evitar uma crise pré-revolucionária de maiores proporções.

A permanência das tendências de luta e as condições políticas e sociais favoráveis à greve geral obrigam a burguesia a se apoiar nas direções sindicais, para preservar a contrarreforma maldita. Mas, também favorecem a luta dos setores mais avançados e radicalizados do movimento, para combater as traições que se preparam, e erguer uma frente única dos explorados pela derrubada da contrarreforma.

A situação objetiva favorece a luta nacional pelas reivindicações que de fato abrem caminho à derrota da reforma e do governo. A greve geral é uma bandeira comum aos explorados. As reivindicações comuns são uma via para a unificação e organização nacional do combate à burguesia. Mas, também está colocada a necessidade da luta aberta contra a participação de seu país na guerra na Ucrânia. Cada centavo, cada recurso industrial e humano deve ser colocado a serviço das necessidades das massas. A aplicação da tática leninista do derrotismo revolucionário, defendendo as bandeiras de “nenhum centavo a mais para a guerra!”, “Fora nosso país da OTAN” e “Pela derrota militar da OTAN”, combinada à exigência do controle operário coletivo sobre as indústrias militares e a paralisação e boicote aos envios de armas para Ucrânia, são poderosas armas para derrotar a burguesia e seu governo.

Para avançar nesse caminho, a vanguarda classista e revolucionária deve combater a conciliação de classes e defender no movimento que se vote um comitê nacional de luta, eleito nas assembleias. Sob esse programa de reivindicações econômicas e políticas, se abrirá uma via à vanguarda marxista para construir o partido revolucionário, e para as massas avançar ao objetivo da revolução e ditadura proletárias.